

Missão do FMI volta ao Brasil no próximo mês

09 JAN 1994

Sandro Silveira

Missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) retorna ao Brasil nos próximos 30 dias. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Winston Fritsch, informou que a data será "precisada" de acordo com o andamento das negociações para aprovação do ajuste fiscal junto ao Congresso".

O Ministério da Fazenda espera que os avanços no Congresso permitam a vinda da missão do FMI ainda na segunda quinzena deste mês. O objetivo é agilizar negociações para se obter carta de intenções aprovada pelo Fundo em março e viabilizar até 15 de abril o acordo junto aos bancos credores.

O aval do FMI é condição obrigatória para que o Tesouro Nacional dos Estados Unidos emita 2,8 bilhões de dólares em títulos de 30 anos que servirão de garantia ao pagamento da dívida de 52 bilhões de dólares junto aos bancos credores. Eles serão comprados pelo Brasil e significarão o início efetivo do acordo.

Carta de intenções — A missão do Fundo deverá ser chefiada por José Fajgenbaum, diretor do setor Atlântico Sul e Caribe. Os técnicos Bob Traa, Carlos Medeiros, Socorro Heysen e Saul Lisondo completam o grupo. Se houver avanço significativo no

Congresso, virá também Sterie Beza, diretor do departamento do Hemisfério Ocidental do FMI.

A possível vinda de Beza tornaria a missão não só técnica, mas também negociadora de acordo do tipo *stand by*. Este exige apresentação de carta de intenções com metas trimestrais contidas em memorando técnico. A missão que esteve no País em novembro passado voltará com análise pronta das medidas orçamentárias e fiscais propostas ao Congresso.

A segunda fase do programa de estabilização será discutida com a missão do Fundo, envolvendo a implantação da Unidade Real de Valor (URV) como indexador de valores econômicos. A pretensão do Ministério da Fazenda é começar a utilizá-la a partir do próximo mês como indexador das tarifas públicas e impostos federais.

Números — O Ministério da Fazenda está otimista com relação ao fechamento de acordo com o Fundo, após a primeira semana de negociações junto ao Congresso. Para a Secretaria de Política Econômica, o déficit zero no Orçamento será mantido pois haverá elevação suficiente de arrecadação este ano.

Este equilíbrio deve evitar elevação no nível de endividamento público, uma das metas trimestrais a serem cumpridas.